



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Intervenção da Ministra da Modernização do Estado
e da Administração Pública**

XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Aveiro, 12 de dezembro de 2021

Exmo. Sr. Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa;

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Eng. Ribau Esteves,
nosso anfitrião;

Exmo. Sr. Presidente da Mesa do Congresso, Eng. Carlos Moedas;

Exma. Sra. Presidente do Conselho Diretivo da ANMP, Dra. Luísa Salgueiro,
a quem desejo os maiores sucessos nas suas novas funções;

Exmo. Sr. Dr. Manuel Machado, a quem muito agradeço com amizade a
colaboração e o trabalho profícuo que pudemos desenvolver com a ANMP
ao longo dos últimos dois anos.

Senhoras e Senhores Autarcas presentes,

Caros Colegas de Governo,

Começo por agradecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses o
convite para estar presente no seu 25º Congresso. É com enorme satisfação



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

que aqui estou, testemunhando a vitalidade do poder local democrático em Portugal, uma das mais importantes conquistas do 25 de abril.

E é também com muito gosto que aproveito esta ocasião para saudar todos os autarcas e, se me permitem, em especial, os autarcas eleitos a 26 de setembro. As eleições autárquicas são a verdadeira celebração da democracia, não só porque envolvem o maior número de candidatos, mas sobretudo pela proximidade que existe entre os eleitos e os eleitores. A todos desejo os maiores sucessos no cumprimento da sua nobre missão.

Como já o tenho dito por diversas vezes, sou uma convicta defensora do reforço dos níveis regionais e locais de decisão, como forma de aproximar a governação dos cidadãos.

A alteração da forma de designação das comissões diretivas das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional levada a cabo no mandato do atual Governo, é um passo no sentido certo, no sentido da criação de um nível regional de decisão democraticamente legitimado e em perfeita sintonia com a realidade dos territórios.

Por sua vez, descentralização de competências é a mais importante reforma administrativa dos últimos anos por conceder aos autarcas as competências



e a autonomia de que necessitam para dar respostas de proximidade às suas populações.

Apesar de todos os constrangimentos que resultaram da crise pandémica, o processo de descentralização não parou. Todos os municípios do continente assumiram pelo menos uma das competências descentralizadas, sendo que destes 75 já exercem a plenitude de competências que lhes são aplicáveis.

A transferência de um número significativo de competências já se operou no dia 1 de janeiro de 2021. No caso da Saúde e da Educação, o prazo para aceitação estendeu-se até 31 de março de 2022, coincidindo com o prazo estabelecido para a Ação Social. Esta decisão, tomada ainda no antes da pandemia, revelou-se necessária para dar mais tempo de preparação às autarquias.

Se é verdade que gostaríamos de ter avançado mais e mais depressa, é também inquestionável o empenho que a generalidade dos municípios tem colocado neste processo. Por isso, estou certa de que esta taxa de execução vai crescer significativamente até ao final do primeiro trimestre de 2022.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No sentido de assegurar o financiamento necessário para o exercício das novas atribuições e permitir uma maior agilização na transferência dos montantes associados à descentralização, a proposta de Orçamento do Estado para 2022 consagrou o Fundo de Financiamento da Descentralização, com uma dotação global de cerca de 832 milhões de euros, relativos aos 9 meses do ano, entre abril e dezembro de 2022.

Apesar da não aprovação do Orçamento do Estado, o Governo está em condições de assegurar o financiamento do processo de descentralização, uma vez que as entidades da Administração Central vão continuar a proceder à transferência direta das respetivas verbas para os Municípios que estão a exercer as funções descentralizadas, tal como tem acontecido até ao momento.

Concluído, esperemos que em breve, o processo de descentralização das competências constantes da lei-quadro de 2018, há que iniciar um importante trabalho conjunto a desenvolver com as autarquias, com as associações as representam e com as comunidades intermunicipais, com o objetivo de identificar novas áreas que possam vir a ser transferidas para as autarquias locais.



Descentralizar é transferir competências e responsabilidade, mas também os meios financeiros e as condições efetivas que permitam fazer mais e melhor.

Nos dois anos desta legislatura, as transferências para as autarquias locais cresceram cerca de 18% (17,8%) no seu conjunto, totalizando 3,3 mil milhões de euros em 2021. Para este aumento, contribuiu a maior participação das autarquias na receita do IRS em 2021 – que foi de mais 16% –, assim como o incremento da subvenção geral para as freguesias em 14%, também neste ano.

Estes são números que traduzem a importância que este Governo atribui ao poder local e que teriam continuidade na proposta de Orçamento do Estado para 2022, através do cumprimento integral da lei das finanças locais.

E não tenhamos dúvidas: a gestão local é também mais transparente e escrutinada, como só a proximidade permite. O Portal Mais Transparência, terá, a partir da próxima semana, uma nova área, exclusivamente dedicada aos municípios, com 5 áreas de análise e 66 indicadores de transparência municipal.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O último ano e meio veio confirmar a importância da administração local na construção de um território mais justo e coeso. Essa foi uma das grandes lições da pandemia.

Por isso, não poderia deixar de dirigir uma palavra muito especial aos autarcas de todos o país pelo papel insubstituível que tiveram no combate à pandemia, no terreno, junto das pessoas mais vulneráveis, com apoios sociais, fornecendo testes de diagnóstico, dando suporte logístico aos centros de vacinação, respondendo a situações de emergência social e sanitária.

Foi por reconhecer a importância da intervenção autárquica neste domínio, que o Governo decidiu que o financiamento concedido a Portugal no quadro do Fundo de Solidariedade da União Europeia fosse integralmente destinado a comparticipar para já parte das despesas dos Municípios com o combate à Covid-19, num montante global de 57 milhões de euros. As candidaturas – no total 269 – foram aprovadas no início de novembro e está agora aberto o período de submissão dos pedidos de pagamento por parte dos municípios.



No plano financeiro, foram ainda concedidas moratórias num montante superior a 12 milhões de euros, para amortização do capital dos empréstimos aos municípios, suspendeu-se a margem de endividamento anual dos municípios nos anos 2020 e 2021 e simplificou-se o recurso a empréstimos de curto prazo para municípios e freguesias.

Para fortalecer a capacidade de resposta das autarquias locais à pandemia e fruto de uma colaboração muito próxima entre o Governo e a ANMP, avançou-se com outras medidas que visaram salvaguardar a prestação de apoio às populações, quer através da simplificação administrativa na aprovação de benefícios fiscais pelos municípios para isenção de impostos ou outras receitas municipais; quer pela simplificação do processo de atribuição de apoios a pessoas em situação de vulnerabilidade.

O papel fundamental das freguesias, que também são também chamadas a exercer novas competências, não foi esquecido. Por isso, alargámos a todas as freguesias, independentemente da sua dimensão, o regime que lhes permite contar com, pelo menos, um elemento a exercer funções em meio tempo.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Esta medida, financiada pelo Orçamento do Estado, representa um investimento total de cerca de 29 milhões de euros, que se traduzirá numa administração de proximidade mais profissionalizada e capaz de prestar melhores serviços às populações, que possa usufruir de maior autonomia ao nível dos recursos financeiros, mas também de um quadro de pessoal estável.

Estou certa de que a capacidade de resposta do país à crise pandémica se deveu, em grande medida, à capacidade de cooperação entre as Administrações Públicas Central e Local. E não tenho dúvidas de que esta será também uma das grandes alavancas da recuperação no pós-pandemia.

Nesse sentido, é fundamental territorializar o Plano de Recuperação e Resiliência.

É fundamental garantir que este instrumento financeiro que se configura como uma oportunidade única para o país chegará onde tem de chegar, isto é, às populações, cumprindo aquele que é o grande desígnio do PRR para o setor público: melhorar a relação dos serviços do Estado com os cidadãos e as empresas, otimizar a gestão e libertar recursos para a promoção do investimento público.



Um dos pilares deste investimento passa pelo reforço da rede de atendimento presencial dos serviços públicos, em parceria com as autarquias. Foram já lançados dois avisos para que as autarquias se possam candidatar ao financiamento para abertura de Lojas e Espaços Cidadão em 2022 e, ainda este mês, será lançado um novo Aviso para a abertura de Lojas até 2023. O objetivo é abrir 20 novas Lojas de Cidadão, 300 novos Espaços Cidadão e 10 Espaços de Cidadão Móveis, somando-se a uma rede que já conta com 63 lojas e cerca de 800 espaços.

Também no quadro do PRR, no âmbito da qualificação dos trabalhadores da AP, foi criado um Centro Qualifica AP para a Administração Local, integralmente financiado pelo PRR e resultado da colaboração entre o INA, a FEFAL e a ANMP. Porque a capacitação dos dirigentes e trabalhadores da administração local é fundamental não só para o desempenho das novas competências, como também para responder aos desafios de amanhã, como a transição climática e a transição digital.

Nos últimos dois anos, enfrentámos adversidades e superámos desafios – talvez os maiores da nossa história recente –, mas estou certa de que chegamos aqui mais fortes, mais resilientes e mais preparados para construir um futuro, que tem na administração local os mais firmes alicerces.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A governação de proximidade, no terreno, por cidadãos eleitos democraticamente pelas populações que servem é o expoente mais alto do Estado de Direito democrático. E a colaboração entre os diferentes níveis da Administração é um sinal inegável de maturidade democrática.

Termino, assim, como comecei, agradecendo o convite à Associação Nacional de Municípios Portugueses, e a todos os presentes a forma calorosa como me receberam.

Muito obrigada!